

MATERIALISMO HISTÓRICO E DETERMINISMO: REVISITANDO UMA POLÊMICA

José D'Assunção Barros*

**Professor-Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História, e Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

Modo de produção, luta de classes e determinismo

O conceito de modo de produção, como se sabe, é basilar para o materialismo histórico. Ainda não houve pensador marxista que o colocasse em xeque, pois dificilmente subsistiria algo que ainda pudesse ser chamado de materialismo histórico se o modo de produção não estivesse em um ponto central da análise historiográfica ou sociológica. Na verdade, os dois conceitos fundamentais do materialismo histórico são modo de produção e luta de classes. Isto porque, de um lado, a história é a história da sucessão de modos de produção (ou da transformação de formações sociais; e, de outro lado, a história é também a história da luta de classes – dos grupos sociais que se confrontam organizados por uma determinada consciência de classe e posicionados de alguma maneira em relação ao modo de produção em vigor.

Outro aspecto importante no processo de auto-criação do materialismo histórico, a partir da contribuição coletiva que abrange inúmeros autores, é o fato de que, na história do materialismo histórico como um paradigma de análise histórica e social, o conceito de modo de produção foi adquirindo novas elaborações, particularmente à medida que os historiadores foram confrontando o modelo criado com situações históricas efetivas. Lukács, Gramsci, Pierre Vilar, Edward Thompson, Eric Hobsbawm são apenas alguns dos nomes que se integraram a esse grande esforço de reformulação teórica de um conceito que ocupa uma posição tão central na concepção do materialismo histórico. A questão-chave a ser enfrentada quando se fala em modo de produção é a do papel que deve desempenhar o “determinismo”, seja no que se refere às relações do modo de produção com outras instâncias da sociedade, seja no que se refere à transformação de um modo de produção em outro. Até que ponto a passagem de um modo de produção a outro,

no decorrer da história, pode ser entendida como determinada – como algo que ocorrerá necessariamente em uma certa direção, e não em outra? Ao mesmo tempo, até que ponto a maneira como uma sociedade se estrutura nas suas condições mais imediatas de produção – na sua base fundamental, por assim dizer – impõe características que afetam o mundo humano em outras instâncias como a arte ou a religião? Estas questões, relacionadas à noção de “determinismo”, também foram amplamente discutidas por pensadores posteriores ligados ao pensamento marxista. São esses vários posicionamentos que examinaremos neste artigo, de modo a mostrar que também aqui o materialismo histórico tem se apresentado como concepção científica em permanente transformação.

A relativização da noção de determinismo nas diversas correntes marxistas

A relativização da idéia de determinismo econômico vem ocorrendo na verdade desde os próprios fundadores do materialismo histórico. Nas *Cartas a Starkenburg, Bloch, Schmidt*, já começam a aparecer as ressalvas e observações de Friedrich Engels com relação à impossibilidade de se considerar um determinismo econômico absoluto, que regesse todos os fatos da história¹. De igual maneira, tal como observa Eric Hobsbawm (1984: 45), marxistas posteriores começaram a discutir o papel do acaso e do indivíduo na História, a exemplo de Plekhanov (1987: 72-112).

A idéia de determinismo – e existem diversos outros posicionamentos teóricos, para além do Materialismo Histórico, que também trabalham com esta formulação, e não apenas em referência à esfera econômica – sempre instiga preocupações relacionadas à reflexão sobre a liberdade humana. Daí as questões relativas à determinação na história estarem entre os temas mais visitados e revisitados no campo do materialismo histórico.

De modo geral, os historiadores e filósofos marxistas, e o próprio Engels na sua correspondência dos seus últimos anos de vida, foram criativos em imaginar algumas saídas para aquilo que poderia se tornar um estagnante modelo de determinação absoluta. Houve também os que embarcaram na estagnação do

¹ Algumas das correspondências que documentam estas preocupações podem ser indicadas. A *Carta de Engels a Bloch*, datada de 21 de setembro 1890; a *Carta de Engels a Mehring*, datada de 14 de julho de 1893, as *Cartas a Schmidt*, de 1890, e as *Cartas a Starkenburg*, de 5 de janeiro 1894. Ver FERNANDES (org.), 1984: 455-471.

determinismo absoluto, muitas vezes impondo esta idéia e eliminando evidências relativizadoras a golpes de martelo, como foi o caso de Joseph Stalin, que na fase de seu exercício ditatorial mais férreo impôs à historiografia russa o modelo único e inquestionável da sucessão unilinear de cinco modos de produção. Por outro lado, as relativizações da noção de determinismo econômico foram mais ricas. Devemos entender dois tipos de determinismo que são sugeridos pelo materialismo histórico, para analisar por partes esta questão. Há, de um lado, um determinismo diacrônico, que seria aquele de acordo com o qual se diz que uma determinada estrutura social fatalmente resultará em outra (por exemplo, o modo de produção feudal necessariamente conduz ao modo de produção capitalista, e o modo de produção capitalista necessariamente conduz ao modo de produção socialista, sem reversões possíveis, atalhos, ou variações).

E há, de outro lado, o que denominaremos determinismo sincrônico, que corresponde à idéia de que existe certa base que condiciona ou determina uma certa superestrutura. As perguntas que se colocam relacionam-se à intensidade e à natureza da determinação que é imposta sobre a superestrutura pela base econômica (havendo, aliás, variações relacionadas ao que estaria de fato incluído na base). Também se colocam outras perguntas, que se referem a possíveis influências da superestrutura sobre a base, ou sobre a relativa autonomia de alguns aspectos da superestrutura.

Existem diversas passagens em Marx ou Engels que abordam o determinismo sincrônico, isto é, o determinismo que emana das bases materiais e econômico-sociais de uma sociedade e que resulta no surgimento de uma superestrutura correspondente, na qual se incluirão todas as maneiras de pensar e formas de expressão cultural como a arte, as concepções filosóficas, os padrões de sociabilidade, a ideologia, e assim por diante. Em certa passagem de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852 e 2009), que é uma obra na qual Marx procura empreender uma análise histórica específica, encontraremos as seguintes palavras:

Sobre as diversas formas de propriedade e sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sensações, ilusões, modos de pensar e de visões da vida diversos e formados de um modo peculiar. A classe inteira os cria forma-os a partir de suas bases materiais e das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, a quem afluem por tradição e educação, pode imaginar que constituem os verdadeiros princípios determinantes e o ponto de partida do seu agir (MARX, 2009: 242-243).

Esta passagem sugere que a base da qual parte o condicionamento incorpora tanto as “condições materiais” como as “relações sociais” e as “formas de propriedade”. Trata-se de uma base econômico-social, e há algo que dela fica de fora, que é determinado por este núcleo socioeconômico, e que corresponde a uma superestrutura relativa ao âmbito das idéias e das formas de sensibilidade. Já em um texto publicado sete anos depois – este de natureza econômica (e não mais histórica) – aparece outra referência ao determinismo que posteriormente se tornou uma das mais citadas passagens de Marx para descrever o processo de condicionamento da vida social:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas ‘relações de produção’ constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, [1859]1977: 24-25).

Neste texto, um prefácio que prepara um ensaio de Crítica da Economia Política, a base parece convergir para um modo de produção que corresponderia à maneira como os homens em sociedade se organizam para produzir a sua vida material. A totalidade dessas “relações de produção”, são palavras de Marx, constitui a “estrutura econômica da sociedade”, a base sobre a qual se eleva a “superestrutura”. São diferenças sutis entre uma passagem e outra, mas pode-se perceber que aqui a “base” é mais enfaticamente econômica que social. Marx fala agora em “relações de produção”, e não em “relações sociais”, quando pretende delimitar a base determinante, aqui já explicitada como a “estrutura econômica” da sociedade (sinônima, no texto, de “modo de produção da vida material”). O que fica de fora, agora, e que consiste na superestrutura determinada, corresponde ao “processo da vida social, política e intelectual”. Dito de outra forma, a base encurtou em relação à que era descrita no *18 Brumário*, e a superestrutura ampliou-se concomitantemente. Essas oscilações entre as várias passagens de Marx e Engels que se referem às determinações sociais sincrônicas já apontavam para variações que iriam ser freqüentemente exploradas pelos marxismos subseqüentes. No

limite, existirão autores que buscarão estender o modo de produção também aos aspectos culturais, de modo que as determinações e condicionamentos passarão a ser considerados por dentro do próprio modo de produção, em um universo mais complexo de interações, e não como originários de um setor específico – a economia – do qual as demais instâncias sociais constituirão meros reflexos.

De modo geral, os resultados das investigações empíricas da História tenderam a favorecer mais os modelos relativizados de determinismo, que oferecem aberturas para as complexidades históricas com as quais os historiadores vão se deparando nos seus processos efetivos de pesquisa, do que os modelos unilineares e redutores de determinismo. O quadro 1 procura indicar as saídas fundamentais que têm sido pensadas por historiadores, sociólogos e filósofos marxistas no sentido de relativizar a questão do determinismo. O ponto zero corresponde ao problema, que é a idéia de que possa haver uma determinação absoluta de uma base sobre a superestrutura. O econômico teria aqui uma primazia, e as normas e cultura desdobrar-se-iam como meros reflexos secundários. Esta posição foi radicalizada por alguns marxistas chamados ortodoxos, mas a verdade é que nos próprios textos de Marx não está muito claro que o fundador do marxismo tenha sempre acreditado nesse tipo de determinação absoluta, ou, pelo menos, existem oscilações entre uma proposta mais determinista e outras posturas mais flexíveis em relação a estas questões, sobretudo à medida que a história vivida foi oferecendo a Marx exemplos concretos, ou nas ocasiões em que ele precisou se debruçar sobre um problema histórico (como o golpe de Luis Bonaparte, por exemplo), para trabalhar como um historiador o faria.

Queremos chamar atenção para os momentos em que Marx e Engels foram levados a flexibilizar a questão do determinismo – ou em vista de surpreendentes eventos trazidos pela história-vivida de sua época, ou em função das imposições da tarefa de escrever alguma obra propriamente historiográfica, uma tarefa diante da qual a complexidade e flexibilidade terminam por se impor de um modo ou de outro. Mas reconhecer isto, é claro, não significa esquecer os inúmeros outros momentos em que Marx e Engels expressaram uma posição mais determinista. Exemplo importante pode ser encontrado na *Sagrada Família*, obra escrita pelos dois autores em 1844, particularmente na Glosa Marginal Crítica nº2 do Capítulo IV (“A Crítica crítica na condição de quietude do conhecer”). Ali veremos passagens diversas que ilustram posições deterministas bem demarcadas, entre as quais a

que se segue, apenas como exemplo:

Sua meta e sua ação histórica [do proletariado] acham-se clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual (MARX e ENGELS, 2009: 49).

Nesta obra, e em outras, mostra-se como tangível e irrevogável o movimento do proletariado em direção a negar a sociedade burguesa de modo a cumprir a sua tarefa histórica de instituir a sociedade sem classes. De igual maneira, para citar uma obra específica de Engels, em 1884 este publicaria *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (2002) – uma leitura da história que se mostra inegavelmente teleológica, com grande inspiração na antropologia evolucionista que já ia se desenvolvendo por aquela época, e que prossegue no projeto de demonstrar a inevitabilidade do desaparecimento da sociedade de classes e do Estado². Isto posto, o próprio Engels (1820-1895), cuja vida ultrapassou a de Marx (1818-1883) em doze anos, já pôde se confrontar em 1890 com novos questionamentos que o levaram a rever ou aprimorar suas posições frente ao problema, inclusive considerando o desenvolvimento mais avançado de um movimento socialista que começara a gerar uma literatura crítica³ a respeito. Daí as cartas a Bloch (1890) e Mehring (1893), nas quais apresenta suas novas posições⁴. Dessa época data a formulação do que registramos no quadro 1 como a primeira saída do impasse do determinismo absoluto: a idéia do “determinismo em última instância”. Uma passagem extraída de uma das cartas a Mehring ilustra bem a nova posição assumida por Engels em relação à questão do determinismo:

No mais, falta apenas ainda um ponto que nas coisas de Marx e minhas não foi regularmente destacado de modo suficiente e em relação ao qual recai sobre todos nós a mesma culpa. Nós todos colocamos inicialmente – e tínhamos de fazê-lo – a ênfase principal, antes de mais nada, em derivar dos fatos econômicos básicos as concepções políticas, jurídicas, e demais concepções ideológicas, bem como os atos mediados através delas. Com isto, negligenciamos o lado formal em função do conteúdo: o modo e a maneira como essas concepções surgem. Isso deu aos adversários um belo pretexto para erros e deformações / [...] / Aqui [nos detratores do Materialismo Histórico] está subjacente

² *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* busca estabelecer um profícuo diálogo com as pesquisas e reflexões de Lewis Henry Morgan (1818-1881), antropólogo norte-americano que desenvolveu pesquisas de campo entre os índios iroqueses e que publicou em 1877 um livro intitulado “Sociedade Antiga – ou: investigações sobre as linhas do progresso humano desde a selvageria, através da barbárie, até a civilização”.

³ Sobre isso, ver o artigo de Eric Hobsbawm intitulado “O Doutor Marx e seus críticos vitorianos” (2000: 281-292).

⁴ É verdade que as oscilações e hesitações de Engels em relação à questão do determinismo prosseguem, e em 1892 ele publicará uma nova edição de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*.

a concepção vulgar, não-dialética, de causa e efeito como pólos opostos de modo rígido, com o esquecimento absoluto da interação. Esses Senhores esquecem com frequência e quase deliberadamente que um elemento histórico, uma vez posto no mundo através de outras causas, econômicas, no final das contas, agora também reage sobre a sua circunstância e pode reatuar até mesmo sobre as suas próprias causas” (ENGELS, *Carta a Mehring*, 1893 e 1984: 465-466)⁵

Posição antípoda em relação à de “determinação em última Instância” é a idéia de “superdeterminação” (ou sobredeterminação), sustentada pelo filósofo franco-argelino Louis Althusser (item 6). Althusser, em seu ensaio intitulado *Contradição e Superdeterminação* (1960 e 1967), havia introduzido no marxismo estruturalista francês o conceito de “superdeterminação” de modo a adotar um modelo mais complexo de casualidade múltipla, tal como o que já vinha sendo empregado na Psicanálise, mas agora pensado como também aplicável a situações históricas e políticas. Em tal modelo, os princípios fundamentais do Materialismo Histórico parecem se esboroar: as determinações se invadem a cena de todos os lados, um tanto desordenadamente, e “os problemas do materialismo histórico e cultural são deixados sem solução, assim como embaralhados e elididos” (THOMPSON, 2001: 256).

Por outro lado, Louis Althusser é acusado de ter difundido em outras obras uma concepção bastante mecanizada em torno da mesma metáfora sobre base (vista como infraestrutura) e superestrutura. Edward Thompson (1924-1993) dirige severas críticas às concepções de Althusser no ensaio “A Miséria da Teoria ou Um planetário de Erros” (1981), embora também desfeche contundentes críticas ao stalinismo, ao qual oporá à noção de “socialismo humanista” (1957). Para Thompson, ao dialogar de modo equivocado com o estruturalismo, Althusser teria negado o papel ativo dos homens na história, concebendo-os como meros reflexos ou desdobramentos da estrutura. Também contra Althusser partem vigorosas críticas de Pierre Vilar, em um artigo que escreveu em 1973 para a Revista dos

⁵ É importante refletir, igualmente, sobre o contexto que permeia estas idas e vindas de Marx e Engels em torno da questão do determinismo, suas hesitações, as contradições várias que aparecem no confronto entre seus escritos. Marx e Engels tinham se lançado, já nas suas primeiras obras, a um árduo combate contra as concepções idealistas, de modo que se viram diante da imposição de supervalorizar o papel desempenhado pelos fatores econômicos. Por outro lado, o último Engels já se coloca diante da tarefa de produzir e oferecer textos didáticos, e mesmo doutrinários, aos movimentos de trabalhadores socialistas do final do século, como é o caso, por exemplo, da obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (1880). Esta dupla tarefa de combate ao idealismo e de liderança militante, mediada pelas variações contextuais de sua conturbada época e também por novas intertextualidades em relação ao trabalho dos historiadores e antropólogos, deixa entrever o sutil jogo de tensões que preside esta dinâmica de recrudescimento ou flexibilização da proposta determinista de Engels e Marx.

Annales, intitulado “Histoire Marxiste, histoire em construction – Essai de dialogue avec Althusser”.

Repensando o determinismo a partir do conceito de hegemonia

Antes de prosseguirmos, será oportuno lembrarmos que outra forma de relativizar a rigidez do esquema de determinação imposto da base sobre a superestrutura, corresponde à criação de novos conceitos. Não consideramos esses novos conceitos como uma nova posição, e por isso situamos a sua menção na parte superior, fora do quadro circular das posições habituais frente ao problema da relação de determinação entre base e superestrutura (ou da superação desta metáfora). Antonio Gramsci, por exemplo, buscou relativizar a determinação econômica através do conceito de hegemonia. Este conceito procura lançar uma nova luz sobre os modos de dominação e controle que a classe dominante estabelece sobre as classes dominadas. Essa dominação não seria feita apenas por intermédio das forças repressivas (militares e policiais) e da coação econômica direta. A hegemonia atua precisamente no nível daquilo que corresponderia à superestrutura. Todavia, devemos ter em vista a posição de Gramsci relativamente ao seu entendimento do modo de produção. Para ele, a estrutura e a superestrutura constituiriam na verdade um “bloco histórico”, de modo que não deveriam ser examinadas separadamente. Para além disto, é oportuno lembrar que Gramsci também reconhecia que as flutuações políticas e ideológicas não deveriam ser encaradas como meros reflexos imediatos da infra-estrutura”:

[...]a pretensão de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, ou deve ser combatida, praticamente, com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas ... Poder-se-á observar quantas cautelas reais Marx introduziu em suas investigações concretas, cautelas que não poderiam encontrar lugar nas obras gerais. (GRAMSCI, 1997: 238)

Voltando à discussão sobre o conceito de hegemonia, esta se relaciona, em um de seus sentidos possíveis, à capacidade de uma classe dominante exercer seu poder sobre as demais não através da coerção e da repressão, mas sim através de consentimento. Obviamente que, conforme Gramsci viu muito bem no curso de suas obras, a hegemonia de uma classe é permeada de contradições, e, mesmo para o benefício do próprio processo de dominação de uma classe sobre outras, é

preciso que a classe dominante assimile uma parte da ideologia de outras classes. De todo modo, o momento em que se quebra o instável equilíbrio proporcionado pela hegemonia é aquele em que as classes subalternas adquirem consciência e podem avançar em seu processo de luta social, impondo transformações nas relações de produção⁶.

O conceito de hegemonia – para além de se mostrar fundamental no que concerne às possibilidades de compreender os diversos modos como as classes dominantes tanto exercem historicamente os seus poderes, como recebem as contrapressões das classes subalternas – tinha também para Gramsci uma importância adicional. Ele preocupava-se com os rumos adequados do socialismo, a partir do momento em que a classe revolucionária tivesse chegado ao poder. Gramsci já pôde desenvolver suas reflexões em um novo contexto histórico, no qual uma revolução socialista ocorrera efetivamente na Rússia e o partido bolchevique se instalara no poder. Ele também queria frisar a importância, para o sucesso da empreitada socialista, de que se formasse uma classe dirigente capaz de se manter através do consentimento das massas, e não apenas com o recurso à força coercitiva. A instância cultural, para ele, também era fundamental, mais do que parecia ser para os bolcheviques que haviam chegado ao poder na Rússia. Ademais, como observa Portelli (1977: 65), Gramsci “situa o essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil [e não na sociedade política, como pareciam propor os bolcheviques]”⁷. Percebe-se, assim, a riqueza de questões envolvidas no desenvolvimento gramsciano do conceito de hegemonia. Tratava-se de um conceito fundamental para compreender a história, mas também para fazer a história⁸.

⁶ O Estado, na teorização proposta por Gramsci, desempenha um papel duplo e contraditório com relação à difusão hegemônica no bloco histórico. Vejamos os comentários de J. A. Guilhon Albuquerque: “De fato, embora mantendo a metáfora da estrutura e da superestrutura, para Gramsci o Estado não é o último andar de um edifício, de onde a classe dominante exerce o seu poder, mas uma função de classe, uma função contraditória que se desdobra na dupla função da hegemonia (ideologia, sociedade civil), e de ditadura (coerção, sociedade política)” (ALBUQUERQUE, 1985: 20). Em obras diversas, como nas “Análises de situações. Relações de forças”, em *Notas sobre Maquiavel, sobre a política e sobre o Estado moderno* (1978: 43-54), Gramsci enfatiza que a hegemonia e o Estado moderno se assentam sempre sobre equilíbrios instáveis de compromissos. Para uma compreensão mais aprofundada sobre o conceito de hegemonia, em Gramsci, ver as obras de Gruppi (1968) e Macciochi (1976).

⁷ “o grupo que a controla [a sociedade civil] é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política” (PORTELLI, 1977: 61).

⁸ A militância política era um traço saliente em Gramsci, que foi fundador, em 1921, do partido comunista na Itália. Em 1924 foi eleito deputado, e em 1926 Mussolini o condenou

O conceito de hegemonia foi incorporado ao instrumental teórico do materialismo histórico, e também adquiriu novos desenvolvimentos. Thompson, por exemplo, procurava enxergá-lo através da idéia de “reciprocidade”, reenfatizando mais uma vez um aspecto que já havia aparecido em Gramsci, ao se considerar que a hegemonia não implicaria em um movimento unilinear, imposto exclusivamente a partir dos interesses das classes dominantes com vistas à sujeição ideológica das classes dominadas. Retomadas conceituais, como a que foi proposta por Thompson a partir da noção de “reciprocidade”, são sempre importantes, mesmo que elas reeditem uma idéia anterior sob uma nova designação. Isto porque a história dos conceitos é percorrida por constantes reapropriações e pela emergência de novos usos para um conceito, o que não exclui usos empobrecedores que podem ameaçar um conceito importante. Desta maneira, a retomada da discussão conceitual de hegemonia, tão bem desenvolvida por Gramsci no contexto de sua própria época, permitiu a Thompson rediscutir a importância da cultura como instância a ser repensada pelo materialismo histórico.

Autonomia relativa

Retornando às posições fundamentais diante da questão da determinação, encontraremos aquela que qualificamos como uma autonomia relativa de certos elementos da superestrutura. Esta posição começou a surgir quando os historiadores, antropólogos e sociólogos marxistas se puseram a estudar e pesquisar em áreas específicas relacionadas à cultura e à política. Por exemplo, os estudos de História da Arte pareciam revelar a alguns historiadores um desenvolvimento autônomo de certos aspectos relacionados às formas de expressão artística ou ao desenvolvimento técnico. Nem sempre era possível atribuir tudo, no desenvolvimento da História da Arte, ao que vinha ocorrendo no plano econômico-social. Embora alguns historiadores da arte tenham trabalhado mais diretamente a partir dessa posição de determinação do social-econômico sobre a arte, como foi o caso de Hauser (1982), outros já atribuíram, ao menos

à prisão, de onde escreveu os célebres *Cadernos do Cárcere* (1997-2002). Com relação a outros aspectos envolvidos na discussão gramsciana da hegemonia, são inúmeros, como por exemplo o papel dos intelectuais na organização da cultura e nos movimentos sociais (GRAMSCI, 1978-a: *passim*, e GRAMSCI, 1978-a: 16) ou a função do partido na construção de uma vontade coletiva que supere os interesses corporativos no mundo moderno (GRAMSCI, 1978-b:7-9).

em algum nível, uma autonomia aos desenvolvimentos artísticos. Giulio Carlo Argan (1992), por exemplo, está mais próximo dessa posição. Ao mesmo tempo, há ainda a posição a meio caminho entre considerar uma autonomia mais acentuada de certos setores culturais e a idéia já mencionada da “determinação em última instância”, proposta por Engels já nas cartas a Mehring⁹.

A posição 3 refere-se à idéia de que haveria uma interação recíproca entre base e superestrutura. Assim como os desenvolvimentos das forças produtivas redimensionam as relações de produção e concomitantemente aspectos como a arte, as expressões culturais, as concepções científicas, as ideologias, o imaginário, seria igualmente possível conceber que o desenvolvimento destas áreas também pode retroagir sobre a base, produzindo novas transformações.

A rejeição da metáfora da superestrutura

A posição 6 busca redefinir o que deve ser colocado na chamada “base”, ou então redefinir o que é modo de produção. São lançados questionamentos críticos que, no limite, colocam em xeque a própria metáfora utilizada (a idéia de uma base que determina a estrutura). As perguntas são aqui colocadas. Resistirá à análise concreta de sociedades, das mais primitivas às mais complexas, a idéia de uma base econômica” que define e redefine constantemente uma superestrutura cultural”? A base corresponde diretamente ao modo de produção”? O modo de produção inclui apenas o econômico?

Derek Sayer, por exemplo, rejeita em seu ensaio *A Violência da Abstração* (1987) a aplicação da metáfora base/superestrutura como um modelo da relação entre níveis, práticas ou instâncias substancialmente distintos no interior de uma formação social, e afirma em seguida:

conceituar essa relação em termos causais (ou funcionais), é repetir exatamente a ilusão lógica da separabilidade superestrutural que Marx estava, acima de tudo, preocupado em refutar. Tais

⁹ Antes de romper definitivamente com a metáfora “base/superestrutura”, o que se dá muito claramente nos artigos de 1977, Thompson se refere, em um artigo de 1976 sobre “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”, à necessidade de “levar a sério a autonomia dos acontecimentos políticos e culturais que são, todavia, em última análise, condicionados pelos acontecimentos ‘econômicos’ [coloca entre aspas a palavra ‘econômicos’]” (THOMPSON, 2001: 207). Nesse mesmo texto, ele já começa a se confrontar contra a metáfora “base/superestrutura”, mas ainda não a rejeita definitivamente como nos artigos de 1977: “Especialmente, talvez convenha colocar em questão o esquema rígido infra-estrutura-superestrutura: a tradição herdou uma dialética legítima, mas a metáfora mecânica singular pela qual ela se expressa é talvez enganosa” (THOMPSON, 2001: 207).

construções fogem espetacularmente ao assunto central desse argumento. A metáfora base/superestrutura aplica-se à relação entre o ser social e a consciência social e não é de modo algum um modelo virtual de 'níveis' sociais" (SAYER, 1987: 91-2).

Portanto, Sayer denuncia um uso indevido da metáfora base/superestrutura, que um dia foi concebida por Marx e Engels para relacionar ser social e consciência social. O desvirtuamento dessa metáfora para simbolizar dimensões distintas do social, tais como a economia, a política e a cultura, teria sido obra de comentaristas posteriores. No limite, esses questionamentos tendem ao abandono do par base/superestrutura como imagem adequada para a compreensão de uma realidade histórica e social, o que corresponde em nosso quadro 1 a uma das alternativas da posição 7.

A rejeição da dicotomia estrutural parece ser, por exemplo, um dos desdobramentos da demonstração de Maurice Godelier de que não é possível separar *O Ideal e o Material*, no livro de mesmo nome (GODELIER, 1984). Por outro lado, caso se opte por conservar a distinção entre infraestrutura e superestrutura, o antropólogo francês recomenda que "esta não deve ser tomada como uma distinção entre níveis ou instâncias, nem tampouco entre instituições" (GODELIER, 1984: 18-19), de modo que aqui se tem uma posição bastante análoga à de Derek Sayer. Mas a principal contribuição de Maurice Godelier, particularmente amparada em um sistemático trabalho antropológico, está em mostrar que o papel central que desempenha o econômico nas sociedades capitalistas não pode ser estendido a todos os tipos de sociedades. Mesmo em sociedades nas quais o econômico desempenhe o papel central, teríamos sempre de nos perguntar de que econômico estaríamos falando, sendo ainda preciso reconhecer, acompanhando Godelier em outro de seus ensaios, que cada sociedade produz a sua própria racionalidade econômica, não sendo esta diretamente aplicável ou mesmo válida em relação a uma outra sociedade no tempo e no espaço (GODELIER, 1967: 303). De resto, e isto é ainda mais importante, seria possível demonstrar que "em certas sociedades as relações de parentesco (aborígenes australianos) e as relações políticas (Atenas no século V) ou político-religiosas (Antigo Egito) também funcionam como relações de produção" (GODELIER, 1984: 20). Dessa forma, de modo algum a "produção" corresponde a uma instância fixa, sempre a mesma, que se refere em todos os casos apenas a categorias propriamente econômicas (no sentido capitalista ou moderno).

É de fato importante para o historiador ou para o antropólogo redefinir, diante de cada realidade a ser examinada, o que faz parte da “produção” em cada caso. Godelier se pergunta, inclusive, por que no mundo atual o econômico torna-se o dominante, enquanto que nessa ou naquela sociedade as relações de parentesco, as relações políticas ou as relações religiosas podem se tornar dominantes. Em poucas palavras, o que explica que “um determinado conjunto de relações se torne dominante em um lugar e, no outro, [predomine] um conjunto diferente?”. Sua resposta aponta para a constatação de que “um conjunto de relações sociais se torna dominante quando funciona simultaneamente como relações sociais de produção, como arcabouço e fundamento social do processo material de apropriação da natureza” (GODELIER, 1984: 20).

Se, no limite, as proposições de Maurice Godelier tendem a desautorizar, ou ao menos colocar em suspeição a metáfora base-superestrutura, já a posição do historiador inglês Edward Thompson, por seu turno, aponta tanto para a redefinição do sentido de modo de produção como para a rejeição radical daquela metáfora, que Thompson afirma ter sido meramente ocasional no próprio pensamento de Karl Marx. Podemos encontrar uma síntese de sua posição no célebre artigo “Folclore, Antropologia e História Social”, publicado em 1977 na *Indian Historical Review*:

Não estou pondo em dúvida a centralidade do modo de produção (e as subseqüentes relações de poder e propriedade) para qualquer compreensão materialista da história. Estou colocando em questão - e os marxistas, se quiserem abrir um diálogo honesto com os antropólogos, *devem* colocar em questão - a idéia de ser possível descrever um modo de produção em termos ‘econômicos’ pondo de lado, como secundárias (menos ‘reais’), as normas, a cultura, os decisivos conceitos sobre os quais se organiza um modo de produção. Uma divisão arbitrária como essa, uma base econômica e uma superestrutura cultural, pode ser feita na cabeça e bem pode assentar-se no papel durante alguns momentos. Mas não passa de uma idéia na cabeça. (THOMPSON, 2001: 254-255)

A metáfora estrutural, dessa maneira, não tem salvação de acordo com o ponto de vista de Thompson, uma vez que ela conduz inevitavelmente ao reducionismo e ao “determinismo vulgar”. Pensar em um edifício conforme a analogia base e superestrutura é já partilhar/separar as diversas atividades e atributos humanos em uma instância ou outra: a economia, a tecnologia e as ‘ciências aplicadas’ na base de apoio; e as leis, a religião, a arte e outros tantos aspectos da cultura em compartimentos mais frágeis, erguidos depois e em cima.

E pior, porque ainda se deixam outros elementos “a flunar, desgraçadamente, no meio (lingüística, disciplina do trabalho” (THOMPSON, 2001: 256). Tal maneira de ver as coisas, parece sugerir Thompson logo em seguida, pode mesmo conduzir a situações absurdas e patéticas na ação política, pois, tal como teria ocorrido na planificação stalinista, tende-se a acreditar que “a boa sociedade pode ser simplesmente criada [...] a partir da construção de uma ‘base’ industrial pesada”, uma vez que “isso dado, uma superestrutura cultural irá, de algum modo, construir-se sozinha” (THOMPSON, 2001: 256). As preocupações teóricas de Thompson, como se percebe, alinham-se bem de perto aos seus esforços práticos de trabalhar em favor de um “socialismo humanista”, sonho acalentado até a sua morte em 1993¹⁰.

Redefinindo a própria noção de determinação

Outro grupo de posições que procuram sair dos impasses do determinismo econômico remete a redefinições da própria noção de determinação (item 7), que se mostra por vezes aproximada das idéias de tendência, probabilidade ou campo de possibilidades, de modo a trazer mais flexibilidade ao aspecto da determinação diacrônica no Materialismo Histórico. Pierre Vilar, no célebre ensaio *Une histoire en construction* (1982), procura mostrar que “a produtividade é a condição necessária da transformação histórica; mas, contrariamente ao que se diz hoje, ela não é suficiente”. Polemizava, portanto, contra os deterministas lineares de sua época¹¹. O historiador francês está pronto a reconhecer que o modo de produção não se transforma no outro exclusivamente a partir de suas transformações internas. Assim, no artigo “Problemas da formação do capitalismo”, publicado em 1953 na revista *Past and Present*, ele busca avaliar a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista a partir do contraste entre fatores exógenos e endógenos. Afirma, contudo, que é preciso ir ao cerne do sistema para captar o endógeno. De todo modo, reconhecer a participação de fatores externos

¹⁰ A inadequação da metáfora base e superestrutura já é apontada por Thompson desde 1957, no texto em que discute o Socialismo Humanista (*New Reasoner* I, 1957). De modo geral, ele mostra a sua pouca afinidade com o uso de metáforas no texto “As Peculiaridades dos Ingleses” (1978): “Enfim, a dialética da dinâmica social não pode ser vinculada a uma metáfora excludente dos atributos humanos. Só podemos descrever o processo social – como Marx mostrou em *O 18 Brumário* – escrevendo história. E, mesmo assim, terminaremos apenas com um relato seletivo de um processo particular” (THOMPSON, 2001: 158).

¹¹ Ver também LEMARCHAND, 2007: 93-104.

na passagem de um modo de produção a outro é já repensar a natureza da determinação.

Repensar a noção de determinação (posição 5) é também a proposta de Raymond Williams (1921-1988), ensaísta, novelista e crítico de arte que pode ser assimilado aos historiadores da escola inglesa do marxismo e que, tal como estes, trazia como principal preocupação a cultura. *Marxismo e Literatura*, ensaio publicado em 1971, é possivelmente a obra em que se encontra mais bem aprofundada a sua radical crítica à idéia de que, em uma determinada formação social, existiriam uma infra-estrutura determinante e uma superestrutura determinada, concebíveis como esferas separadas uma da outra.

Antes de prosseguirmos com algumas observações sobre a posição de Raymond Williams relativamente ao determinismo, é oportuno lembrar a influência, em praticamente todos os pensadores marxistas ligados à Escola Inglesa, dos *Grundrisse* (1857-1858 e 1953)¹² de Karl Marx. Este texto foi tão importante para a Escola Inglesa da historiografia marxista como o foi “O Fetichismo da Mercadoria” para a Escola de Frankfurt. Há nos *Grundrisse* uma singular passagem em que Marx se utiliza de outra metáfora, que não a da base e superestrutura, para apontar um tipo de determinação que atravessaria os modos de produção. Ele se expressa em termos de “uma luz geral, na qual estão imersas todas as cores e que modifica suas tonalidades particulares; [...] um éter especial a definir a gravidade de tudo o que dele se destaca”. Esta passagem foi muitas vezes evocada pelos marxistas da Escola Inglesa, tal como Edward Thompson e o próprio Raymond Williams. Trata-se de uma metáfora em que se permite reconhecer a “cor particular” das diversas produções e esferas do social, nenhuma delas preponderante em relação às outras: embora a determinação atravesse o modo de produção como um todo, como uma luz mais ampla que afeta a tudo, ela não elimina a tonalidade particular de cada elemento iluminado.

Não é gratuito o sucesso dessa passagem entre os marxistas ingleses, notadamente a partir dos anos 1960, quando o texto chega à Inglaterra. A metáfora

¹² O volumoso manuscrito que recebeu este nome havia sido concebido por Karl Marx como uma preparação às suas mais alentadas obras de análise sobre o modo de produção capitalista, respectivamente a *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859 e 1977) e *O Capital* (1867 e 1979). Contudo, os *Grundrisse* teriam de esperar 81 anos para serem publicados pela primeira vez, o que ocorreu em Moscou entre 1939 e 1941. O texto só retornaria à Alemanha, na sua forma completa, em 1953. Em 1964, foi traduzida para o inglês a parte dos *Grundrisse* intitulada “Formações Econômicas Pré-Capitalistas” [1858 e 1991], que recebeu um importante prefácio de Eric Hobsbawm.

permite que não se pense na instância cultural como mero reflexo de outra coisa, tal como pode ocorrer quando se lança mão da metáfora espacial da infraestrutura/super-estrutura. Na verdade, Raymond Williams argumenta que Marx, mesmo nas ocasiões em que utilizou a metáfora espacial, sempre se propusera a pensar infraestrutura e superestrutura como uma “relação”, e que somente depois foram surgindo as redefinições da base-superestrutura a partir de esquemas fechados, sejam temporais ou espaciais. Na leitura temporalizada da relação base-estrutura, pressupõe-se que a base econômica precede temporalmente a consciência, e, a partir daí, tomam forma a política e a cultura. De igual maneira, na leitura espacializada dessa mesma metáfora, investe-se na visualização em termos de “camadas” bem separadas: a política, a cultura, a ideologia, a base econômica, sendo esta espacialmente anterior as demais (o edifício, vale dizer, é construído a partir de uma determinada base, e somente a partir daí vão surgindo os demais andares). A proposta de redefinir determinação, em Williams, é sustentada como um retorno a Marx, como uma correção de um desvio que fora imposto ao materialismo histórico por marxistas posteriores.

Teria sido a não percepção de que a base “é em si mesma um processo dinâmico e internamente contraditório” o que teria levado ao entendimento da infraestrutura como área dotada de propriedades fixas, prontas a exercer suas incontornáveis determinações. Por isso mesmo, Raymond Williams propõe a revisão do conceito de determinação (WILLIAMS, 1977: 86), que segundo a sua concepção deveria estar relacionado à fixação de limites, ao estabelecimento de horizontes, à produção de pressões, mas nunca à manifestação de uma força irresistível a determinar todas as demais instâncias sociais, através de um jogo de reflexos, e a conduzir a história em uma direção única que excluiria do destino humano a liberdade e as escolhas. Em síntese, se Thompson rejeitaria radicalmente o conceito de base/infraestrutura, indo um passo além, já Williams pretende salvar esta noção imprimindo um novo sentido à idéia de determinação – depurando-a, por assim dizer, do determinismo em *stricto sensu*. Mas aqui também surge a necessidade de um novo ajuste, e Raymond Williams tomará emprestado também o conceito althusseriano de “superdeterminação”¹³, se bem que faça a ressalva de

¹³ “O conceito de ‘superdeterminação’ é uma tentativa de evitar o isolamento de ‘categorias autônomas’, mas ao mesmo tempo de ressaltar *práticas* relativamente autônomas, e, não obstante, interativas, é claro” (WILLIAMS, 1977: 92).

que Althusser “não soube aplicar os seus elementos mais positivos ao seu próprio trabalho sobre ideologia” (WILLIAMS, 1977: 92).

Reenfatizando as ações humanas

Por fim, uma saída para o impasse ou para o imobilismo da determinação Absoluta é conceder na análise historiográfica maior espaço para a ação humana (posição 8), para o seu poder de transformar a realidade – sempre, é claro, no interior dos quadros das condições objetivas que enredam os homens, mas sem necessariamente tolher os seus movimentos a ponto de imobilizá-los e frear seu poder criativo. Retornamos aqui a Marx, na verdade ao Marx historiador, pois é mesmo impressionante como, diante de situações histórico-sociais concretas a serem analisadas – o que Marx fez em *O 18 Brumário* (1852 e 2009), *Lutas de Classes na França* (1850 e 1977), *A Guerra Civil na França* (1871 e 2008) – reaparece a complexidade da ação humana. A arte com que Marx equilibra nestas obras a determinação que se impõe sobre os homens e a capacidade destes mesmos homens de propor ou impor transformações na realidade que os envolve vai aparecendo à medida que a história se mostra complexa ao historiador Marx. Os esquemas simplistas não funcionam mais, e Marx permite-se, em *O 18 Brumário*, uma análise digna de um historiador profissional, investigando fontes diversas, tirando partido das contradições entre o discurso das leis e os entreditos que nelas se escondem, trazendo à tona as páginas de jornais da época e abordando-as como discursos, atentando para o movimento dos preços e para a vida material dos camponeses, indagando por suas reminiscências imaginárias. As classes não se reduzem aqui ao esquema simplista que no *Manifesto Comunista* (1848 e 1988) opõe capitalistas e trabalhadores: surgem as várias nuances pertinentes a cada grupo social, as suas idiossincrasias, o seu fazer-se diante dos acontecimentos.

A história, para o historiador Marx, mostra suas duas facetas: aquilo que se impõe sobre os homens através de condições objetivas herdadas das gerações anteriores e aquilo que vai sendo transformado pela sua ação, pelo seu confronto por meio das lutas sociais. A história é para ele espaço de aprisionamentos e de liberdades. Há épocas em que a história parece se impor tiranicamente sobre os homens, deixando-lhes margens estreitas, no interior das quais, contudo, eles se

movimentam; e há épocas em que esses mesmos homens parecem tomar para si a tarefa de revolucionar os seus destinos. Às vezes há simulacros, diálogos de uma época com outra, interpenetrações inesperadas. É célebre a abertura de *O 18 Brumário*, na qual Marx começa por evocar os acontecimentos franceses de 1848 a 1851 como caricaturas e reapropriações da Revolução Francesa ocorrida sessenta anos antes, registrando em seguida os dilemas dos homens diante de uma história que simultaneamente sofre e sobre a qual atuam:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua vontade; em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo ainda não existente, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem e de combate, a sua roupagem, para, com esse disfarce de velhice venerável e com essa linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal. Assim, Lutero disfarçou-se de apóstolo Paulo, a Revolução de 1789-1814 vestiu-se alternadamente com a roupagem da República Romana e do Império Romano, e a Revolução de 1848 nada soube fazer de melhor que parodiar aqui 1789 e ali a tradição revolucionária de 1793 a 1795. Assim o principiante que aprende um novo idioma: o traduz sempre para a sua língua materna, mas só se apropria do espírito da nova língua e só é capaz de se exprimir livremente nela quando se move nela sem reminiscências e esquece nela a sua língua original (MARX, 2009: 207).

A ação humana combina-se aos condicionamentos objetivos no entretecer da história. Marxistas diversos irão se contrapor aos exageros que podem surgir com a idéia de determinismo, que em outros autores impõe-se de forma absoluta, e chamarão atenção para aquilo que assegura ao mundo humano um espaço de liberdade: a práxis. Jorge Larrain, autor ao qual já nos referiremos, procura lembrar que “são os seres humanos, com sua atividade prática, que provocam a mudança dentro de um quadro de opções limitadas” (1986: 116).

Sobre a determinação diacrônica

Falemos um pouco da determinação diacrônica – aquela que relaciona as diversas formações sociais no tempo, procurando conceber uma como historicamente derivada da outra. Sabe-se que Stalin, em seu exercício ditatorial durante a experiência socialista soviética, decidiu impor à historiografia russa sob seu controle a idéia de que haveria uma sucessão histórica única e unívoca de cinco

modos de produção para quaisquer sociedades humanas: o comunismo primitivo, o escravismo antigo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo.

Essa imposição de uma seqüência modelar constitui, ao que parece, uma deformação das intenções de Marx e Engels nos textos em que discutem as passagens entre modos de produção, pois há indicações de que os fundadores do materialismo histórico não pretendiam criar uma “lei a-histórica” que submetesse a história. Em uma das *Cartas Russas*, datadas de 1878, Marx sugere isso a Vera Zazulich, que lhe indagara sobre o que pensava a respeito do caso da Rússia, onde já crescia um movimento revolucionário em uma sociedade na qual havia amplas permanências feudais, um capitalismo ainda muito incipiente e na qual o campesinato representava um grupamento social extremamente significativo a ser considerado como força social. Em uma resposta que não chegou a ser enviada, Marx menciona que poderia estar se apresentando “a melhor oportunidade que a história já ofereceu a uma nação para passar a uma sociedade sem classes sem sofrer as cruéis leis do capitalismo” (FONTANA, 2004: 213). Marx, portanto, admite aqui a possibilidade de que uma sociedade saltasse do feudalismo ao socialismo. De todo modo, se não houve de fato um pronunciamento peremptório e definitivo de Marx (e de Engels) sobre a possibilidade de que os acontecimentos na Rússia pudessem se oferecer como indícios de que existia uma necessidade de repensar seriamente os termos em que se podia propor a idéia de uma determinação diacrônica, ainda assim não é menos digno de nota o fato de que os fundadores do materialismo histórico tenham se aberto, naquele momento, a uma troca de idéias¹⁴. Tanto o surpreendente curso dos acontecimentos na Rússia de fins de século, como os próprios agentes envolvidos nos movimentos revolucionários, pareciam cobrar, de alguma maneira, uma revisão de posições teóricas sobre o determinismo. Ou seja, confrontados pelas peculiaridades da experiência russa, Marx e Engels eram mais uma vez, instados pelos impactantes acontecimentos da história-vivida, pensar a possibilidade de flexibilização de seus modelos¹⁵.

¹⁴ Marx e Engels perceberam, obviamente, que estavam diante de um problema histórico intrincado, que precisaria ser objeto de debates mais específicos no futuro. De fato, um dos problemas históricos mais importantes para o futuro marxismo ocidental, já no século XX, seria o de buscar respostas para o fato de que a revolução proletária não acontecera no Ocidente, e de, em contrapartida, tentar compreender quais teriam sido as condições que haviam favorecido a eclosão de uma revolução na Rússia.

¹⁵ Na verdade, Marx e Engels revelavam hesitações acerca da posição a assumir sobre o caso russo. Isso foi bem documentado e analisado por Rubem César Fernandes em “Dos caminhos para o socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os ‘populistas’ russos” (1978).

Textos como o das cartas russas, que para muitos parecem contradizer a clássica passagem da *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859 e 1977), mostram que a idéia de uma determinação diacrônica rigorosa e de via única não foi sempre e necessariamente sustentada por Marx e Engels, embora tenha sido adotada por setores posteriores do marxismo, como foi o caso da historiografia stalinista. Em 1890, por ocasião de congressos do Partido Social-Democrata Alemão, começava a surgir uma “esquerda esquemática” que queria se opor radicalmente à virada parlamentarista que principiava a se anunciar no PSDA. Os esquerdistas esquemáticos procuravam afrontar o novo estilo da social-democracia (futura base para a idéia de atingir o socialismo pela via parlamentar e pacífica) interpretando certos textos como o *Manifesto Comunista* ao pé da letra e como modelos dogmáticos aos quais deveria se ajustar a história. Contra esses esquematismos, Engels também se pronunciaria em algumas das famosas cartas de 1890. Por outro lado, o esquematismo dogmático de fins do século XIX constituiria o início de uma vigorosa tradição que mais tarde culminaria com as imposições stalinistas sobre a sucessão linear e única dos modos de produção. Mas isso ainda geraria muitas controvérsias, que se intensificariam particularmente na segunda metade do século XX¹⁶.

Eric Hobsbawm, que assim como Thompson é componente da escola inglesa de historiadores marxistas, apresenta uma posição peculiar no que se refere à sucessão dos modos de produção. Já desde 1964, na introdução à edição inglesa da parte dos *Grundrisse* que se refere às “Formações Econômicas Pré-Capitalistas” (1991), Eric Hobsbawm afirmara que, se o materialismo histórico sustentava-se na idéia de que a história se entretetece da sucessão de modos de produção, por outro lado não haveria nenhuma sucessão única previsível, ou mesmo certos modos de produção que devem aparecer necessariamente no decurso da história. A função dos historiadores seria estudar os modos de produção surgidos concretamente do

¹⁶ Para complicar, o próprio Engels, ao fim da vida, converte-se em um “marxista” (isto é, em um divulgador da idéia de Marx que termina por preparar um caminho para o dogmatismo). Livros como *O Socialismo Utópico e o Socialismo Científico* (1880) – extraído do *Anti-Dühring* de Engels (1878) no calor de uma disputa territorial contra outra formulação socialista que havia surgido – já haviam começado a instituir uma literatura voltada para um público mais amplo a ser convertido para as idéias socialistas. Estas obras, por vezes manuais esquematizados, anunciarão o início de uma ortodoxia marxista que, passando por Labriola e Plekhanov, culminará com Lênin, vindo a constituir o que por vezes é denominado “Marxismo-Leninismo”. Exemplo da vulgata marxista reducionista é o manual de BUKHARIN (1970). Quanto a Engels, seus movimentos em torno do esquematismo e da flexibilidade denunciam, de alguma maneira, as tensões entre o Engels cientista e o Engels doutrinador.

devir histórico, mas não postular uma tipologia única e válida para toda a história humana.

De igual maneira, Hobsbawm aponta um ajuste na maneira de compreender as transformações inerentes aos modos de produção. No balanço “Marx e a História”, publicado em 1984 na revista *New Left*, propõe a idéia de que os elementos desestabilizadores de um Modo de Produção implicariam muito mais na potencialidade para a transformação do que na certeza de transformação. Para além disto, à parte os motivadores internos, admite já a presença de fatores externos na transformação de um modo de produção em outro, com o que o historiador anglo-egípcio passa a situar a transformação histórica em um nível de percepção mais amplo no qual as mudanças dão-se também através do contato entre duas sociedades, e não apenas como algo que se produz exclusivamente no interior do sistema (1984: 47).

Também entre outros dos historiadores marxistas ingleses, para além dos já mencionados Edward Thompson e Eric Hobsbawm, surgiria a crítica aos esquemas lineares de determinismo. O determinismo diacrônico – o que prevê a sucessão de modos de produção transformando-se uns em outros – seria criticado nos seus esquemas mais lineares e simplistas pelo historiador e arqueólogo australiano Gordon Childe, cuja longa atividade historiográfica percorreria um extenso arco de contribuições até atingir, nas últimas obras, uma crítica sistemática às concepções tradicionais e lineares de progresso, incluindo entre historiadores marxistas. É interessante analisar esta complexa obra, que começa nos primeiros livros a falar para a humanidade primitiva em termos de uma longa ascensão em direção à “revolução neolítica”, e que atinge, ao final da vida, a crítica radical à idéia de que a história conduzir-se-ia através de um processo de determinações ao que chamava de “final previsto por antecipação” (TRIGGER, 1980).

A questão da oposição interativa entre “liberdade” e “necessidade” está no cerne das preocupações de outro grande pensador ligado ao materialismo histórico, o húngaro Georg Lukács (1885-1971). Para ele – sopesadas certas contradições no discurso lukácsiano às quais já nos referiremos – apenas o “marxismo vulgar” concebia a realidade histórica como diretamente determinada por condições objetivas que se impunham sobre os homens de maneira linear e inflexível, sendo característica central do “marxismo autêntico” precisamente o reconhecimento de uma realidade que se abre como campo para a ação dos grupos sociais e dos

indivíduos. O resultado mais significativo desta preocupação fundamental é ensaio *História e Consciência de Classe* (1923), que busca reconstituir a teoria marxista da “alienação”, importante conceito desenvolvido por Karl Marx para compreender as relações de trabalho na sociedade capitalista, explorando ainda os conceitos de “ideologia”, “falsa consciência”, “reificação” e, finalmente, a noção que dá título ao ensaio, a de “consciência de classe”.

O objeto central das discussões empreendidas por Lukács neste célebre ensaio refere-se ao confronto entre a “ideologia” projetada pela consciência de classe burguesa e o desenvolvimento, no proletariado, de uma consciência de sua posição revolucionária. O ensaio publicado por Lukács em 1923 alcançou significativa projeção nos meios marxistas e nas escolas de pensamento relacionadas ao materialismo histórico – tais como por exemplo a Escola de Frankfurt, de Horkheimer, Adorno e Marcuse – e é em vista desta influência que o evocamos. Por outro lado, as contradições e incongruências não estão ausentes do pensamento do jovem Lukács, e os exageros deterministas não deixam de infiltrar-se em suas reflexões sobre a relação entre a “consciência de classe” e a sociedade capitalista na fase de sua “crise econômica final” (LUKÁCS, 1989: 91). Na ‘parte V’ do ensaio *Consciência de Classe* – um dos textos que constituem o livro *História e Consciência de Classe* – veremos o filósofo húngaro enunciar que “neste momento, o proletariado não tempo onde escolher”:

Pois o proletariado não pode fugir à sua vocação. O único problema está apenas em saber quanto terá ainda que sofrer antes de aceder à maturidade ideológica, ao conhecimento correto da sua situação de classe, à consciência de classe” (LUKÁCS, 1989: 91)¹⁷.

¹⁷ Em outro texto de *História e Consciência de Classe* – “Notas críticas sobre a crítica da revolução russa de Rosa Luxemburgo” – podemos surpreender a ênfase no determinismo, particularmente na idéia de que a revolução proletária, com vistas a concretizar o socialismo, só se poderia fazer de uma certa maneira (LUKÁCS, 1989: 298). Ver também nas “Notas metodológicas sobre a questão da organização” (LUKÁCS, 1989: 303-347), a utilização de todo um vocabulário determinista que fala em “evolução natural da economia”, “leis naturais”, “sistemas de leis econômicas objetivas” e outras expressões análogas (LUKÁCS, 1989: 314). Este texto encerra-se com uma tonalidade finalista que não pode ser desconsiderada: “É um processo longo e mal o iniciamos, mas tal não nos deve constituir impedimento para que nos esforcemos por reconhecer, com toda a clareza que hoje é possível, o princípio que nele se manifesta, a aproximação do reino da liberdade enquanto exigência para o operário com consciência de classe. E, precisamente porque a formação do partido comunista terá que ser obra conscientemente levada a cabo pelos operários com consciência de classe, todo e qualquer passo em direção ao conhecimento correto é simultaneamente um passo em direção à realização desse reino” (LUKÁCS, 1989: 347).

Que instâncias proporcionam o movimento à transformação histórica?

Será oportuno lembrar que uma reflexão em maior profundidade sobre o determinismo diacrônico leva ainda a considerar, para além da transformação externa de uns modos de produção em outros, os motores que impulsionam o movimento histórico por dentro deste processo. Gerry A. Cohen – um dos mais destacados historiadores da corrente que ficou conhecida a partir dos anos 1970 como “marxismo analítico”¹⁸ – irá se deter nesta questão. Em seu ensaio *A Teoria da História de Marx: uma Defesa* (1978), situa o motor interno da história no desenvolvimento tecnológico do modo de produção, dentro do qual as ‘forças de produção’ apresentariam a longo prazo uma tendência ao desenvolvimento autônomo. A favor delas ou contra elas, ampliando ou opondo sua inércia, atuariam as relações sociais e a política, de acordo com o clássico modelo dialético da oposição contraditória entre forças de produção e relações de produção. Outro dos historiadores ligados ao “marxismo analítico”, Robert Brenner (1977), prefere situar o motor que movimenta o modo de produção capitalista na própria competição capitalista. Richard Miller, por seu turno, em um ensaio de 1984 intitulado *Analisando Marx: moralidade, poder e história*, recoloca a questão em maior nível de complexidade:

[...]a mudança econômica interna básica resulta (onde quer que de fato aconteça) de uma tendência auto-transformadora do modo de produção como um todo, isto é, das relações de produção, das formas de cooperação e da tecnologia através das quais se produzem os bens materiais”.

Mais adiante, prossegue:

A mudança pode-se basear em desenvolvimentos nas formas de cooperação ou na tecnologia, permitindo que tenha acesso a uma força produtiva intensificada um determinado grupo subordinado e motivando sua resistência às antigas relações de produção por terem estas inibido o desenvolvimento maior dessa nova força de produção. Mas nessa ampla teoria do modo de produção a mudança também pode ser totalmente interna às relações de produção. Os padrões de controle nas antigas relações de produção podem tornar inevitável que um grupo inicialmente não-dominante adquira poder e pretenda superar

¹⁸ O “Marxismo Analítico” – corrente surgida no início dos anos 1970 – também ficou conhecido como “Marxismo da Escolha Racional”, contando com autores como Gerry Cohen, Robert Brenner, John Elster e John Roemer. A clareza e precisão conceitual é uma preocupação constante do grupo, que entre outros assuntos discute a contradição entre Forças de Produção e Relações de Produção.

as antigas relações (MILLER, 1984: 172-173).

Não haveria, conforme propõe Miller, um esquema simplista e mecânico que explique com uma única fórmula o movimento interno da História, por dentro do próprio modo de produção, e a transformação pode surgir de fato de inúmeras maneiras, o que parece estar bem mais de acordo com a variedade de situações que nos oferece a História. Esta leitura também confirma a maior maleabilidade que encontramos no Marx historiador, quando este analisa situações histórico-concretas como em *O 18 Brumário* (1852) e *Lutas de Classes na França* (1850). Diante da diversidade histórica possível, das forças sociais em múltiplas relações e dos fatores diversos, os esquemas simplistas cedem para dar lugar a análises mais complexas.

É oportuno lembrar também o destaque que, nos textos históricos – tanto de Marx como de historiadores marxistas posteriores – recoloca o fator humano como principal foco da transformação, como força maior que movimenta a História por dentro. A importância dos homens, individualmente e constituindo classes sociais, cresce nas análises históricas específicas, e é a isto que se refere Jorge Larrain em sua *Reconstrução do Materialismo Histórico* (1986), em um ensaio no qual evoca como texto central para compreender o modelo histórico de Marx não o tão falado *Prefácio da Crítica para a Economia Política*, mas sim o principal texto através do qual Marx exerceu excepcionalmente a função de historiador: *O 18 Brumário* (1852). Retomando a célebre passagem em que Marx ressalta que “são os homens que fazem a história, mas sempre sob condições que não são de sua própria escolha”, Larrain não hesita em afirmar que toda a transformação vem da própria ação humana, ela mesma desempenhando o papel de principal força motora da história:

São os seres humanos, com sua atividade prática, que provocam a mudança dentro de um quadro de opções limitadas. É verdade que os seres humanos não escolhem livremente suas forças produtivas e suas relações de produção – recebem-nas das gerações precedentes – mas isto absolutamente não os torna impotentes para mudá-las, nem impede várias possibilidades na tentativa de alterá-las (LARRAIN, 1986: 116).

À leitura habitual de que forças poderosas para além do homem constituem o verdadeiro motor da História, contrapõe-se uma outra: na verdade seria o próprio Homem o grande regente de toda transformação. É ele quem, integrando-

se e contrapondo-se às condições objetivas de sua própria existência, e atuando dentro dos limites que lhe toldam os movimentos, apresenta-se em última instância como o grande responsável pela transformação histórica. Isto nos leva remete mais uma vez ao segundo grande núcleo de conceitos que traz vida à concepção do materialismo histórico: aquele que se constrói em torno das idéias de “classe social” e de “luta de classes”. Eis aqui outro par de conceitos cujas variações no decorrer da história do materialismo histórico merece uma discussão aprofundada. Uma discussão como esta, obviamente, requereria um novo artigo, de proporções equivalentes à deste que aqui encerramos com o espírito de levantar as alternativas que tem se disponibilizado à teoria do Materialismo Histórico.

BIBLIOGRAFIA:

- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Althusser: a ideologia e as instituições. In: ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.7-51.
- ALTHUSSER, Louis. (1960) Contradição e Superdeterminação. In: *Análise Crítica da Teoria Marxista (Pour Marx.,* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna – do Iluminismo aos movimentos contemporâneos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRENNER, Robert. The Origins of Capitalist Development: a Critic of Neo-Smithian Marxism. *New Left Review*, I, 104, July –August 1977.
- BUKHARIN, N. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Laemert, 1970.
- COHEN, G. A. *Karl Marx's Theory of History: a Defense*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- ENGELS, Friedrich. (1878) *Anti-Dühring*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- . (1884) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Centauro, 2002.
- . (1880) *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Fugor, 1962.
- . “Carta a Mehring” (14 de julho de 1893). In: *Marx e Engels – História* (org: Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. p.465-466.
- . “Cartas a Schmidt” (5 de agosto e 27 de outubro de 1890). In: *Marx e Engels – História* (org: Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. p.455-464.
- . “Cartas a Starkenburg” (25 de janeiro de 1894). In: *Marx e Engels – História* (org: Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984. p.468-471.

- FERNANDES, R. C. Dois caminhos para o socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os "populistas russos". *Cara a Cara*, n. 1, 1978.
- FONTANA, Joseph. *História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2000.
- GODELIER, Maurice. *Racionalidad e irracionalidad em la Economia*. México: Siglo XXI, 1967.
- . *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978-a.
- . *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978-b.
- . *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978-c.
- . *O Materialismo Histórico e a Filosofia de Benedetto Croce*. Torino: Einaudi, 1955.
- . *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997-2002 (6 vol.).
- . Análise das situações. Relações de força. In: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 43-54.
- GRUPPI, L. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. O Doutor Marx e seus críticos vitorianos. In: *Os Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.281-292.
- HOBBSAWM, Eric. Marx e a História. *New Left Review*. London: fevereiro de 1984, p.39-50 [incluído em *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.171-184].
- LARRAIN, Jorge. *A Reconstruction of Historical Materialism*. London: Allen and Unwin, 1986.
- LEMARCHAND, Guy. A Noção de Modo de Produção em Pierre Vilar. In COHÉN, Aron; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. *Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção*. Bauru: EDUSC, 2007, p.93-104.
- LUKÁCS, Georg. (1923) *História e Consciência de Classe*. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.
- MACCIOCHI, M. *A favor de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (org: Florestan Fernandes). *Marx e Engels: História – textos escolhidos*. São Paulo: Ática, 1984.
- . (1844) *A Sagrada Família – ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- . (1848) *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARX, Karl. (1850) *As lutas de classe na França (1848-1850)*. vol. I. São Paulo: Ed. Sociais, 1977.
- . O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Revolução*

- antes da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.197-336.
- . (1852) *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- . (1858) *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* (Linhas Básicas para a Crítica da Economia Política). Berlim: Dietz, 1953.
- . (1858) *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. (Extraído dos *Grundrisse*)
- . (1859) *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- . (1867) *O Capital – crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- . (1871) A Guerra Civil na França. In: *A Revolução antes da Revolução – volume 2*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.339-355.
- MORGAN, Lewis H. *Ancient Society – researches in the Lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization*. London: MacMillan & Company, 1877.
- MILLER, Richard W. *Analysing Marx: Morality, Power and History*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- PLEKANOV, G. O papel do indivíduo na História. In: *Concepção Materialista da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 72-112.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAYER, Derek. *The Violence of Abstraction*. London: Blackwell, 1987.
- THOMPSON, E. P. Socialist Humanism. *The New Reasoner*, London, n.1, p. 105-143, Summer, 1957.
- . (1976) Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001. p.203-225.
- . (1978) *Miséria da Teoria ou: um Planetário de Erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- . (1977) Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, São Paulo: UNICAMP, 2001. p.254-267.
- VILAR, Pierre. Problems of Formation of Capitalism. *Past and Present*, X, p.15-38, 1953.
- . Histoire Marxiste, histoire em construction – Essai de dialogue avec Althusser. *Annales ESC*, n1, p.165-198. 1973.
- WILLIAMS, Raymond. (1971) *Marxism and Literature*. London: Oxford University Press, 1977.

